



Salvador, 15 de julho de 2020

Ofício AHSEB 75/2020

Ilustríssimo Senhor

Luís Carlos Gomes Carneiro Filho

Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia,

Prezado Senhor

Considerando o atual momento de pandemia e as adequadas medidas de cuidado e contenção social pelo Estado da Bahia;

Considerando que as instituições de saúde particulares têm contribuído ativamente, em consonância com as autoridades, com medidas de contenção social, orientando os seus clientes a buscar por atendimentos, neste momento, apenas para as situações estritamente necessárias, preservando ainda os seus profissionais de saúde para o indesejado crescimento da doença no nosso Estado e na nossa cidade;

Considerando ainda o aumento expressivo no valor de aquisição de equipamentos e EPI's, como também aumento importante no volume consumido destes e não apenas por profissionais de saúde, mas pacientes e familiares, onerando ainda mais as instituições prestadoras de serviços em saúde. O referido aumento de custos em EPI's não tem sido absorvido pelas operadoras de planos de saúde, o que seria legítimo;

Considerando que a situação supracitada tem trazido às instituições de saúde e à Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia – AHSEB, uma enorme preocupação. O desequilíbrio econômico-financeiro se agravou pelo esvaziamento de demanda nas mesmas, com 30 a 40% de ocupação até o final de abril/2020. Tal situação gerou redução significativa de receitas e aumento de custos, e, portanto, dificuldades em cumprimento de obrigações, inclusive tributárias;



Considerando, sobretudo, diante do panorama aqui descrito, a dificuldade de manutenção da operação das mesmas em condições adequadas para vencer a luta contra o Covid-19, em função da falta de liquidez;

Solicitamos agendamento de reunião virtual com V.Exa para tratarmos de questões relacionadas às relações laborais envolvendo o segmento da saúde.

Como tema desta primeira reunião, sugerimos discutir as ações movidas pelos Sindicatos de Trabalhadores envolvendo EPIs e outros pleitos, todos com um enorme potencial de fragilizar ainda mais a situação financeira das instituições de saúde. Além deste tema, propomos uma discussão a respeito da projeção da crise econômica esperada em decorrência da pandemia e o impacto nas relações laborais dentro do segmento.

A referida proposta dessa Associação está inserida num esforço de dialogar com as instituições públicas, possibilitando uma travessia, nesse momento de pandemia, com menos turbulência e mais segurança jurídica.

Contamos com a colaboração de V.Exa.

Atenciosamente,



Mauro Duran Adan  
Presidente

